

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM

GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



Nova Refinaria na Nigéria potencializa independência energética e conflitos internos

ESTE E OUTROS 11 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 184 • 15 de junho de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Embarcação na refinaria de Dangote](#)

Por: GodwinPaya

Fonte: Wikimedia Commons

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Ana Carolina Vaz Farias (UFRJ)
Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora Azevedo Osuna Bittencourt (UFRJ)
Lohanna Rodrigues Reis (USP)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

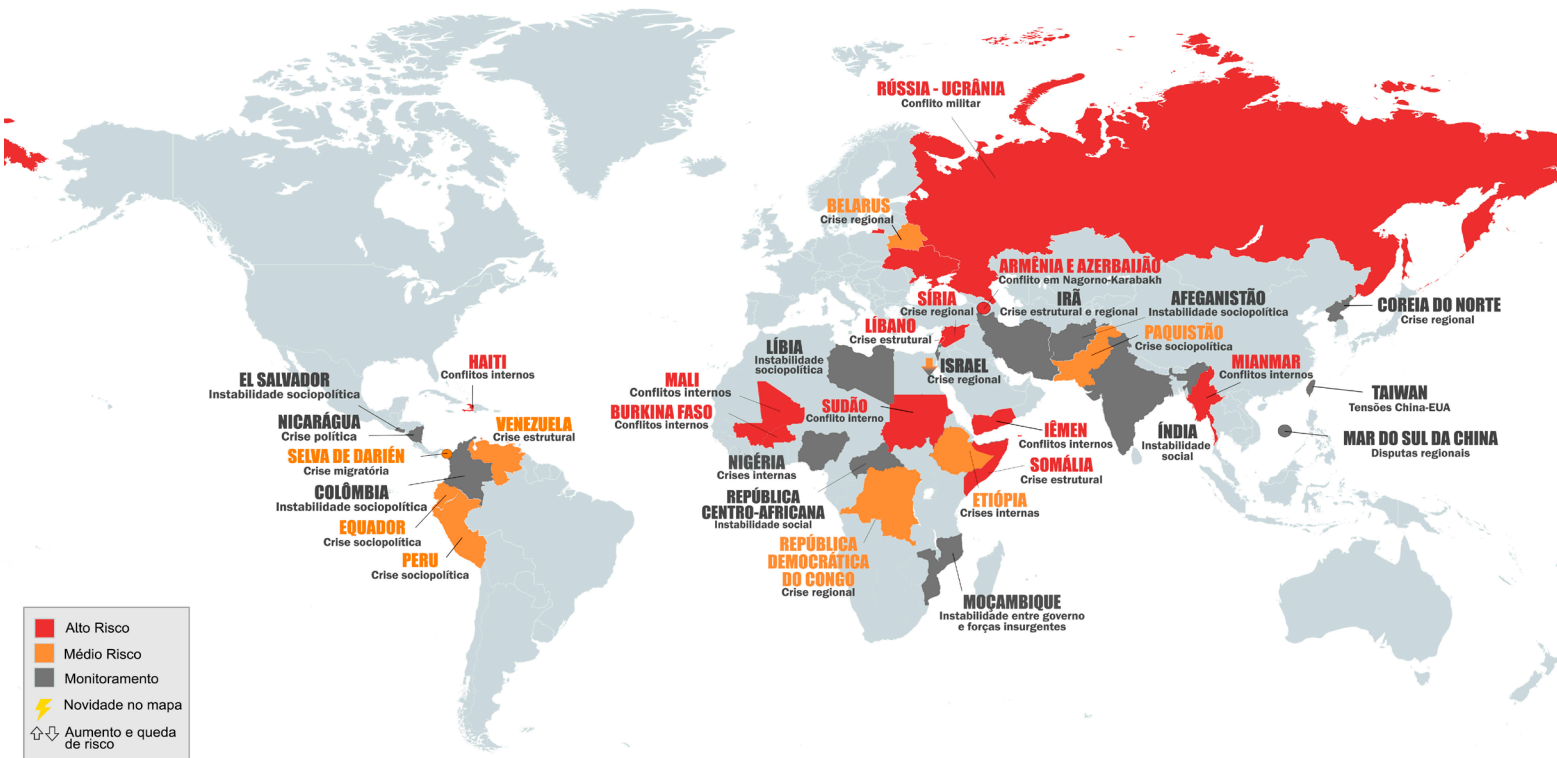


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		RÚSSIA & Ex-URSS		
Cúpula de Líderes Sul-Americanos: Brasil líder regional?.....	5	Relações bilaterais Irã-Cazaquistão: para além do Mar Cáspio	11	
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		LESTE ASIÁTICO		
O fim do <i>Title 42</i> e a retomada da velha política migratória na América Central ...	6	A "reconstrução" da Marinha ucraniana	12	
A Aliança do Pacífico e os entraves à integração regional.....	7	Mudanças na lei de recrutamento militar da China	13	
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUL DA ÁSIA		
Nova refinaria na Nigéria potencializa independência energética e conflitos internos.....	8	Soberania Nacional: o Japão na geoeconomia dos cabos submarinos.....	14	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		SUL DA ÁSIA		
Força Tarefa 59 realiza exercício no Golfo de Aqaba.....	9	Conflitos étnicos na Índia pressionam por separatismo.....	15	
Mudanças na geopolítica do Oriente Médio: a volta da Síria como <i>player</i> regional.....	10	A crise no Paquistão: agitação política, desafios econômicos e as forças armadas	16	
		Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....		17
		Calendário Geocorrente.....		17
		Referências.....		18
		Mapa de Riscos.....		19

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Luísa Barbosa



Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Cúpula de Líderes Sul-Americanos: Brasil líder regional?

Fernanda Calado

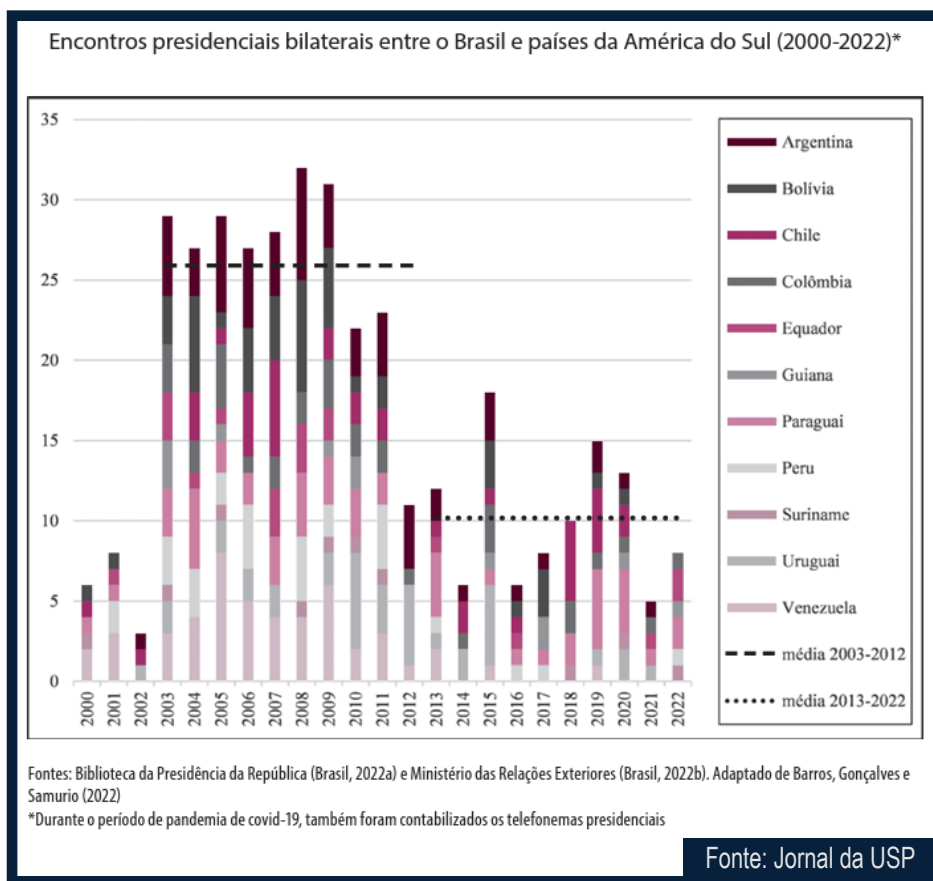
Em 30 de maio de 2023, ocorreu no Brasil a Cúpula dos Líderes Sul-Americanos, evento que não acontecia há nove anos. O país recebeu dez dos 11 chefes dos demais Estados soberanos da América do Sul, exceto a Presidente do Peru, Dina Boluarte, que, impedida judicialmente de sair do país, enviou um representante. Assim, exercendo seu papel de liderança na América do Sul, o Brasil reeditou a iniciativa da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Isso posto, questiona-se: quais foram os resultados da Cúpula de Líderes Sul-Americanos em Brasília?

A UNASUL, criada oficialmente em 2008, foi resultado de intensas discussões das décadas de 1990 e 2000 a fim de criar uma integração ampla que envolvesse os países da América do Sul. Desde a metade da década de 2010, a UNASUL passou por certo esvaziamento devido a divergências ideológicas dos países-membros com o órgão. Apesar dessa tentativa brasileira de institucionalizar a região, percebeu-se que a investida não foi exitosa. Desde novembro de 2022, com a eleição do Presidente Lula, a retomada do Bloco passou a ser ventilada nas chancelarias sul-americanas.

Ademais, foi atingido o Consenso de Brasília, declaração

final que contou com nove parágrafos, estabelecendo a visão comum de que a região constitui espaço de paz, cooperação, desenvolvimento, democracia e direitos humanos. Também foi pontuado o enfrentamento de múltiplos desafios, como: as pandemias, a crise climática, as ameaças à paz e à segurança, o aumento das desigualdades, enfoques sociais e de gênero, incremento de investimentos, meio ambiente, interconexão energética, e facilitação do comércio. Observa-se que, apesar da extensão temática, a declaração foi genérica e não tocou em temas cruciais, como UNASUL, Amazônia e Forças Armadas.

Os países sul-americanos necessitam estar coordenados em razão dos seus objetivos políticos, econômicos e comerciais comuns. É importante que o Brasil assuma a liderança regional tanto na América do Sul quanto no Atlântico Sul, pois, com isso, tende a ganhar como *player* internacional e regional. Outrossim, com ensejo de ser líder local, o país deve manter o relacionamento diplomático e geopolítico com todos os Estados de seu entorno estratégico, de forma pragmática e equidistante. O Consenso de Brasília se configura, portanto, como ponto de contato para a ampliação do diálogo e da integração visando ao enfrentamento de múltiplos desafios regionais.



O fim do *Title 42* e a retomada da velha política migratória na América Central

Isabela Sússekind

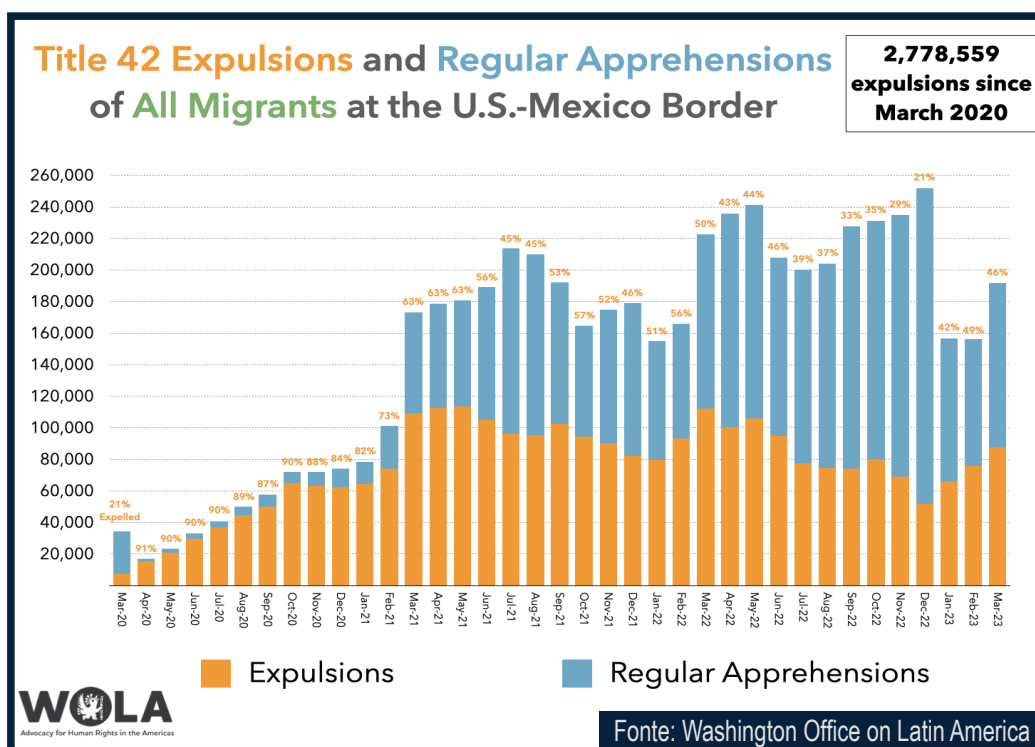
Em 11 de maio de 2023, a política migratória *Title 42*, implementada em 1944 e retomada pelo ex-Presidente, Donald Trump, durante a pandemia da COVID-19, foi formalmente encerrada nos Estados Unidos (EUA). A medida, que restringia o acesso à fronteira EUA-México e estabelecia a expulsão imediata de migrantes irregulares do país, permitiu a deportação de mais de 2,8 milhões de indivíduos durante sua vigência advindos sobretudo, do México e da América Central. Logo, quais os efeitos do *Title 42* nos fluxos migratórios centro-americanos?

A dinâmica migratória da América Central para os EUA transcorre majoritariamente de modo clandestino, considerando-se o aumento de apreensões de migrantes irregulares na fronteira EUA-México em 2023. Assim, almejando impedir a expansão do deslocamento irregular após a suspensão do *Title 42*, os EUA retomaram outra lei de imigração, o *Title 8*, e estabeleceram novas restrições fronteiriças no país. Entre as medidas, o Presidente estadunidense, Joe Biden, limitou a quantidade de requerentes de asilo e proibiu a entrada de migrantes caso não solicitem o *status* de refugiados a outro Estado antes de ingressarem nos EUA, descumprindo a Convenção Relativa aos Refugiados de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967.

Ademais, Biden anunciou a abertura de centros regionais de processamento na Colômbia e na Guatemala

para a solicitação de entrada legal nos EUA, objetivando dissuadir o movimento migratório. Porém, o programa cria barreiras ao deslocamento, pois ignora importantes "produtores" de migrantes, como Equador, Honduras e México. Dessa forma, a expiração do *Title 42* não representa o fim da crise migratória no continente, visto que os EUA retornaram aproximadamente 2.400 pessoas ao México, incluindo cubanos, nicaraguenses e venezuelanos, enquanto outras foram repatriadas para mais de dez países, como Colômbia, Honduras e Peru.

Portanto, o recrudescimento de medidas para a contenção migratória não contribui para a redução do deslocamento irregular no continente americano, tornando-se nítida a urgência na implementação de um sistema de asilo digno e seguro para todos. O Presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador (AMLO) se encontrou em 01 de junho com a assessora de Segurança Interna dos EUA, Elizabeth Sherwood-Randall, para discutir a questão da migração na América Central. No encontro, foi evidenciado o apoio de AMLO a Biden na implementação do plano migratório no continente, incluindo a imposição do *Title 42* e a instalação de novos centros de processamento de migrantes, evitando o sobrecarregamento dos existentes. Conclui-se, portanto, que a reunião não resultou na apresentação de novas soluções à problemática.



A Aliança do Pacífico e os entraves à integração regional

Taynah Pires Ferreira

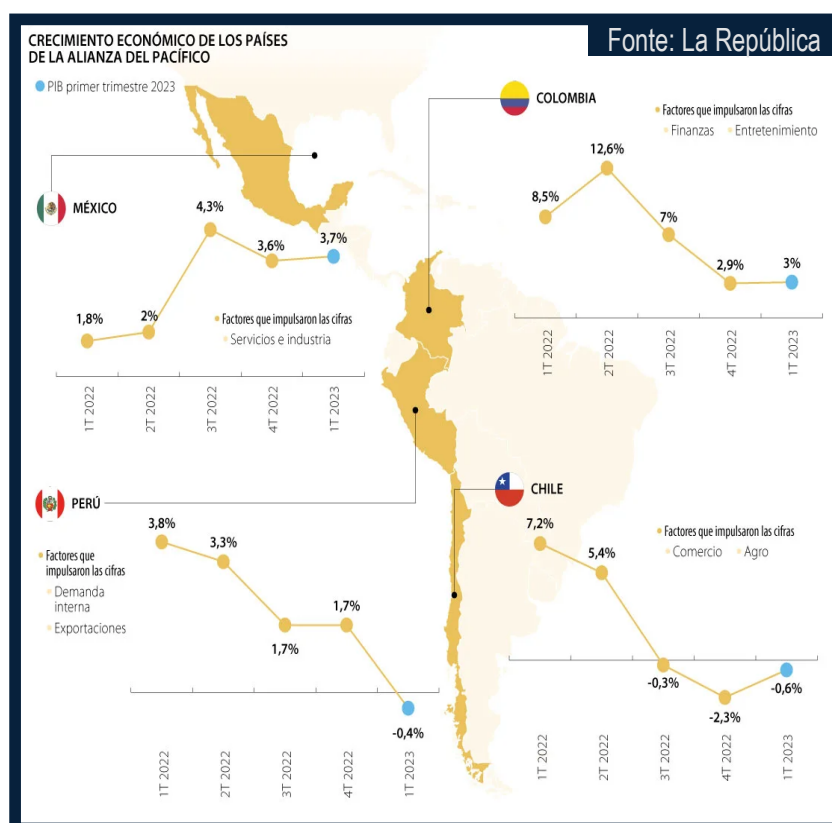
A Aliança do Pacífico, estabelecida em 2011, é composta por Chile, Colômbia, México e Peru. Essa iniciativa possui como foco a integração regional, propondo, por meio de articulações comerciais, diplomáticas e políticas, a livre circulação de bens, serviços e capitais. Anualmente, os países-membros se revezam na presidência do bloco. Andrés Manuel López Obrador (AMLO), Presidente do México, assumiu em 2022 a responsabilidade pelas funções institucionais do grupo, compromisso que, em 2023, deveria ser atribuído a Dina Boluarte, atual Presidente do Peru. Entretanto, devido às divergências políticas entre os dois Estados, o bloco vive atualmente uma imobilização de suas atividades. Sabendo que tais questões podem afetar o arranjo regional, questiona-se: de que forma divergências internas podem afetar a regência da Aliança do Pacífico e quais os possíveis rumos do bloco?

Desde dezembro de 2022, após a tentativa frustrada de golpe de Estado pelo então Presidente Pedro Castillo, o Peru sofre com o agravamento de sua instabilidade política ([Boletim 175](#)), o que levou Dina Boluarte a assumir a liderança da nação. Contudo, sua ascensão ao Executivo peruano é questionada por atores internos e externos. Entre os críticos está AMLO, que afirma não reconhecer a legitimidade do governo Boluarte. Dessa forma, observa-se o progressivo tensionamento das relações diplomáticas, resultando na retirada definitiva

do embaixador peruano no México.

Por conseguinte, o escalonamento das tensões políticas e diplomáticas entre Peru e México prejudica a sucessão de lideranças do bloco. Pontua-se que as atuais divergências interferem na coesão política das nações enquanto grupo, prejudicando a capacidade de articulação e projeção de ambições comerciais no que se trata da Comunidade Internacional. Consequentemente, para a integração, tais ingerências podem levar à paralisação institucional do bloco, ocasionando perdas comerciais e econômicas. Tendo em vista a relevância da Aliança do Pacífico, que configura atualmente a oitava maior força de exportação mundial e representa 38% do PIB e 50% do comércio total das Américas do Sul e Central e Caribe, os possíveis prejuízos acarretados podem levar ao seu esvaziamento.

Em síntese, conclui-se que as integrações regionais são arranjos benéficos, sobretudo em termos de promoção e intensificação das trocas comerciais entre os Estados-parte. O futuro da Aliança do Pacífico e a resolução dos impasses institucionais devem ocorrer por vias diplomáticas, com consenso de todas as partes envolvidas. Por fim, destaca-se a importância de solidificar os mecanismos que regem integrações regionais como projetos de Estado, para conter a desintegração comercial-econômica e consolidar a governança regional desses blocos.



DOI 10.21544/2446-7014.n184.p07.

Nova refinaria na Nigéria potencializa independência energética e conflitos internos

João Victor Marques Cardoso

O petróleo permanece um vetor para atração de investimentos e garantia de abastecimento energético no mundo, especialmente na África. O comissionamento da refinaria privada *Dangote* em 22 de maio de 2023, na Nigéria, reflete tendências relevantes para o setor de Óleo e Gás, que impactam o papel do Petro-Estado. Para atores como Abuja, surgem oportunidades quanto à independência energética e diversificação econômica, ao mesmo tempo que afloram desafios relacionados à abertura de mercado e conflitos políticos internos.

No contexto global, investimentos em novas refinarias se concentram em países em desenvolvimento. Dos 12 projetos esperados para iniciar operações até o final de 2023, 10 se localizam na África, América, Ásia e Oriente Médio, reconfigurando fluxos no comércio internacional. Atualmente, a África é responsável por 4% da capacidade global de refino, estimada em 101,7 milhões de barris de petróleo por dia (MMbbl/d). Essa posição é marginal, sendo aprofundada considerando a oferta real de derivados — cerca de 2,3% dos 89,9 MMbbl/d produzidos em 2021 — devido ao baixo fator de utilização do parque de refino.

A Nigéria, que é a principal economia petrolífera na África, com reservas estimadas em 37 bilhões de barris e produção de 1,3 MMbbl/d, é dependente de importações de combustíveis. A demanda nacional de 500 mil bbl/d

poderia ser, em parte, suprida pelas quatro refinarias existentes, com capacidade total de 445 mil bbl/d, não fosse sua subutilização, estando desde 2020 paralisadas para modernização. A recém-inaugurada refinaria *Dangote*, avaliada em US\$ 20,5 bilhões e localizada na zona de livre comércio Lekki no estado de Lagos, poderá garantir a demanda nacional e gerar excedente de exportação. Com capacidade instalada para processar 650 mil bbl/d, a instalação será capaz de produzir, por meio de um único trem de refino — considerado o maior no mundo —, derivados como gasolina (59 mil m³), querosene de aviação (20 mil m³) e óleo diesel (9 mil m³). Ainda, o projeto inclui porto, estação de geração de energia e planta de fertilizantes.

Os benefícios socioeconômicos vão exigir, entretanto, governança quanto à nova estrutura econômica ascendente em um país acostumado a exportar petróleo bruto, importar derivados e subsidiar os preços finais do combustível. A oportunidade de economizar o atual dispêndio com a importação de derivados e retirar subsídios, potencializa investimentos para diversificar a economia, mas impulsiona conflitos entre atores internos que se beneficiam com a estrutura em vigor. O governo recém-empossado de Bola Tinubu terá o desafio político de redistribuir ganhos entre os atores e comunicar à sociedade o novo papel que a Nigéria deve desempenhar.



Força Tarefa 59 realiza exercício no Golfo de Aqaba

Melissa Rossi

Entre os dias 8 e 11 de maio de 2023, a Força Tarefa 59 (TF-59, sigla em inglês), a primeira frota de drones utilizada pela 5ª Esquadra dos Estados Unidos (EUA), com base em Manama, Bahrein, realizou em conjunto com Israel, no Golfo de Aqaba, o *Digital Shield*, exercício militar que objetiva coordenar as ações de vigilância dos drones navais com inteligência artificial (IA) para melhor avaliar riscos de segurança e aumentar a consciência situacional marítima em suas áreas de atuação. Além dos Sailer Explorers da TF-59, o treinamento contou com o apoio de um drone de superfície *MANTAS Devil Ray T-38*. A 5ª Esquadra já realizou exercícios desta natureza com outros aliados, um dos últimos sendo entre EUA e os Emirados Árabes Unidos, tendo ocorrido no Golfo Pérsico em fevereiro. Visto a grande inovação ligada a tais operações, tornando-as cada vez mais frequentes, quais seriam as principais vantagens da utilização de drones navais nas águas da Península Arábica?

Segundo artigo do *U.S. Naval Institute*, o uso de drones marítimos e de superfície, complementando as forças tripuladas, pode ampliar de duas a três vezes as áreas marítimas analisadas e atuar como força dissuasória contra ações de terroristas e do tráfico internacional. Além disso, foi comprovado no início deste ano, a partir

de exercícios navais próximos ao Bahrein, que certos tipos de drones navais possuem a capacidade de se manter ativos, transmitindo informações por meio de uma vigilância contínua por até 100 dias, sem a necessidade de reabastecimento e manutenção, desempenho que navios tripulados não possuem.

A complexidade geopolítica da região gera um espaço ideal para a elaboração de cenários. Diversos países e coalizões marítimas internacionais atuam na área para manter a livre navegação, garantindo o funcionamento do comércio internacional. Os desafios em torno da Península Arábica e áreas circunstantes são imensos, como: pirataria, ataques a petroleiros, tráfico de armas e entorpecentes. Já o Golfo de Aqaba, uma área relativamente segura, é um ponto estratégico essencial para Israel, sendo Eilat a única cidade portuária do país com acesso ao Mar Vermelho. O uso de drones e IA pode garantir maior segurança marítima nesta vasta e complexa região, aumentando as áreas vigiadas.

Apesar da fase inicial de testes e de exercícios, é interessante observar a utilização de drones navais para ampliar a consciência situacional marítima e a segurança da navegação.



Mudanças na geopolítica do Oriente Médio: a volta da Síria como *player* regional

Vitória França

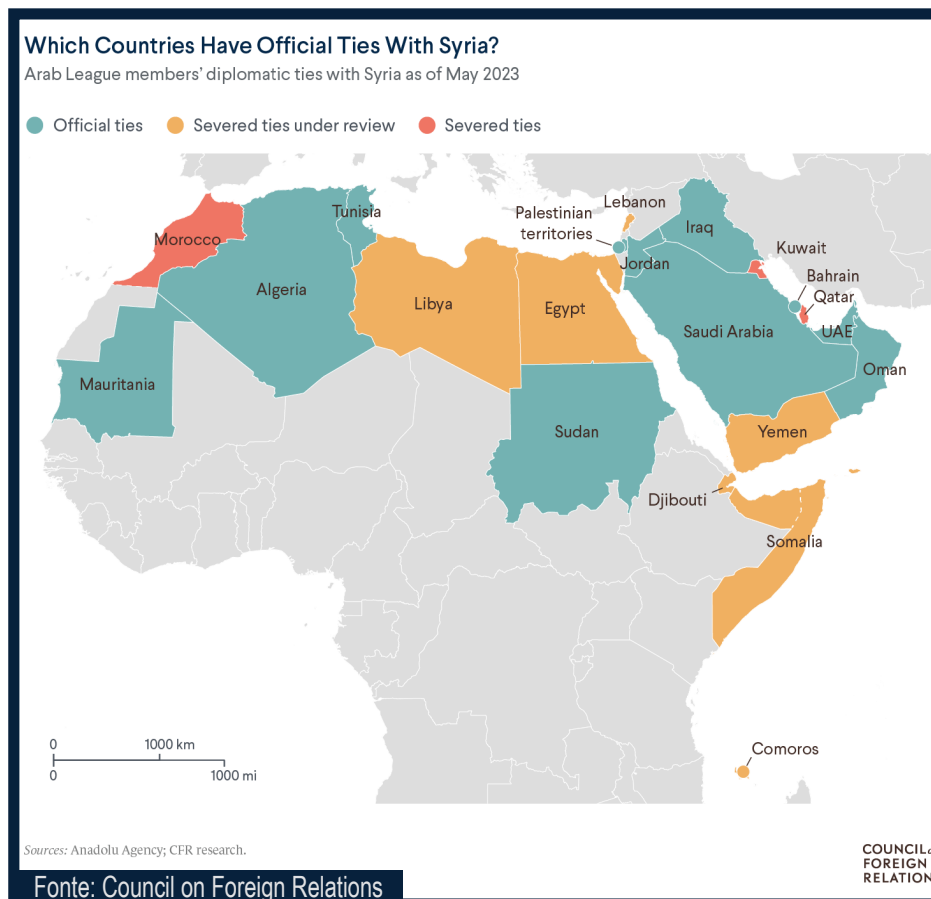
Após doze anos de isolamento do Presidente sírio, Bashar al-Assad, os países árabes voltaram a normalizar as relações com seu regime, restaurando a participação de Damasco na Liga Árabe. A readmissão da Síria na organização permitiu que o Presidente viajasse à Arábia Saudita e comparecesse à cúpula do grupo em 19 de maio de 2023. Em seu discurso, Assad denunciou a hegemonia ocidental e pediu a proteção da identidade árabe, deixando de mencionar a situação social crítica da Síria, a possível emergência do país como um grande exportador de drogas, sua lentidão em receber refugiados e a liberdade com que as milícias apoiadas pelo Irã operam em seu território. Nesse contexto, cabe analisar como a volta da Síria ao tabuleiro árabe pode movimentar a região.

Nos últimos anos, as forças de Assad recuperaram muitos territórios dominados pelos grupos antirregime e agora controlam cerca de dois terços da Síria. Embora a maioria dos governos árabes vizinhos inicialmente tenham alinhado-se à oposição síria, eles passaram a reconhecer o governo de Assad como uma realidade, buscando limitar uma maior desestabilização regional. Com tal movimentação, os Estados da Liga Árabe esperam diminuir essas tensões, garantindo aos sírios um

retorno seguro para casa e o controle dos fluxos ilícitos de Captagon — anfetamina altamente viciante —, que têm se tornado um problema para a Península Arábica.

Para os mais de cinco milhões de refugiados sírios na Jordânia, no Líbano e na Turquia, a normalização das relações ainda não os possibilitou retornar com segurança para suas casas, mas tornou mais fácil para políticos desses países escalar campanhas xenófobas como parte de um esforço para forçá-los a regressar aos seus países. A expectativa dos Estados vizinhos de que um grande número de refugiados retorne à Síria está ainda distante, já que não estão claros os termos sob os quais Assad os aceitaria de volta, vendo-os como fundamentalmente desleais e possíveis ameaças futuras. Embora o regime facilite a assistência humanitária, provavelmente ele insistirá que seja implantada de acordo com suas preferências.

Em linhas gerais, a reaproximação pode ser analisada como um grande sucesso diplomático para Assad. Mesmo os governos árabes tendo apenas uma agenda pela estabilização, a normalização dos laços deve apresentar efeitos práticos na cooperação em segurança entre os países e na relação de Assad com os refugiados sírios.



DOI 10.21544/2446-7014.n184.p10.

Relações bilaterais Irã-Cazaquistão: para além do Mar Cáspio

Amanda Marini e Pedro Martins

Um importante marco para o aprofundamento e desenvolvimento das relações entre Irã e Cazaquistão está no maior aproveitamento do potencial do Mar Cáspio como rota logística alternativa entre a Europa e a Ásia. Apesar de essa região ser o meio mais tradicional do desenvolvimento das suas relações diplomáticas, recentemente vêm ocorrendo movimentos e ações que extrapolam a questão. Desse modo, como este novo panorama tem impactado nas relações entre os países?

Durante o Segundo Fórum Econômico do Mar Cáspio, ambos os governos anunciaram o esforço de intensificar as relações comerciais envolvendo os setores de *commodities*, de bens industriais e científicos. Como consequência desses esforços, o comércio bilateral apresentou um aumento anual de 20%, somando um valor em torno de US\$ 528 milhões. Não à toa, no final do último mês de abril, o Primeiro-Ministro cazaque, Alikhan Ismailov, se reuniu com o Vice-Presidente iraniano, Mohammad Mokhiber, para discutir o fortalecimento das relações com ênfase na pauta econômica bilateral.

Dentro dessa conjuntura, após o encontro há expectativas de que se obtenha um aumento exponencial no comércio, e que este se consolide em torno de US\$ 3 bilhões ainda em 2023. Apenas no mês de maio, as exportações de bens não-petrolíferos aumentaram 67%, segundo dados estatais iranianos. Ademais, os dois governos assinaram acordos para desenvolver temáticas

relacionadas a logística, infraestrutura e transporte, especialmente entre os portos de Kuryk (Cazaquistão) e Amirabad (Irã), enfatizando sua inserção internacional, além de discutir questões domésticas de ambos.

Esse quadro reforça que novos paradigmas vêm sendo traçados, como a ênfase em remover a emissão de vistos entre seus nacionais e mitigar obstáculos ao transporte, visando também promover maior efetividade e competitividade entre suas trocas comerciais. Além de potencializar e ampliar suas relações regionais, tanto o Irã quanto o Cazaquistão almejam ter mais parceiros no campo econômico e diversificar seus compradores e apoiadores, diminuindo suas dependências dos mesmos agentes, como a Rússia, além de potencializar e ampliar suas relações regionais.

Nesse sentido, esse cenário reforça a nova dimensão destas relações, para além da relevância do Mar Cáspio como apenas uma rota logística. Assim, as relações bilaterais vêm se desenvolvendo com foco em áreas desde *commodities* até infraestrutura, logística e transporte de pessoas, tendo como perspectiva também a inserção internacional destes países. Em síntese, este novo panorama tem impactado as relações entre os Estados, com ênfase no aspecto econômico. Dito isso, é um quadro que não se esgota por completo e apresenta potencial para um contínuo e maior desenvolvimento.



DOI 10.21544/2446-7014.n184.p11.

A “reconstrução” da Marinha ucraniana

Rafael Esteves

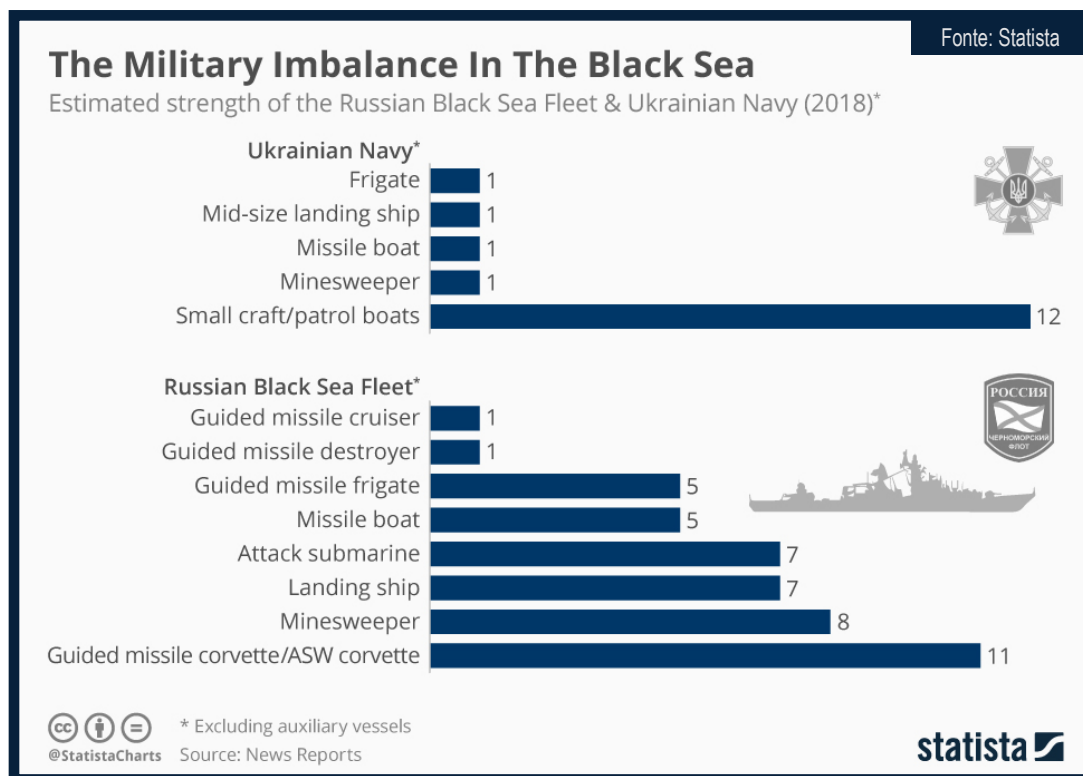
O início da invasão russa em 2022 teve um efeito negativo sobre a Marinha da Ucrânia: grande parte de seus navios foram capturados ou afundados, consolidando a supremacia naval russa sobre seu oponente. Apesar disso, alguns reveses das Forças Armadas russas estimularam iniciativas ucranianas para tentar reconstruir suas capacidades navais, com destaque para o comissionamento do navio-patrolha *Bucha* e da criação da Força Independente de Fuzileiros Navais. Diante disso, é importante questionar a real capacidade da Marinha ucraniana em iniciar um processo de reconstrução, ou se as medidas são apenas para apoiar os outros ramos das Forças Armadas ainda operantes.

Em 2022, no período anterior à invasão, a Marinha ucraniana contava com uma fragata, uma corveta, onze navios de patrulha e oito de apoio logístico, além de um efetivo aproximado de 15 mil combatentes. Considerando os outros ramos das Forças Armadas, a Ucrânia tinha reduzidas capacidades de poder naval, o que possibilitou rápido domínio russo sobre o Mar Negro, consolidado pela destruição ou captura dos meios navais ucranianos. Apesar de algumas vitórias de Kiev sobre Moscou, como o afundamento do cruzador *Moskva* e da retomada da Ilha das Cobras, a Rússia conseguiu manter o controle sobre as operações marítimas, algo que a Ucrânia vem

tentando contestar.

O comissionamento do *Bucha* e a criação da força dos Fuzileiros Navais indica uma tentativa de Kiev para se contrapor ao poderio naval russo. Contudo, tal ação acaba sendo inviável do ponto de vista prático, considerando o controle de Moscou sobre o Mar Negro e a dependência ucraniana do fornecimento de equipamentos militares por parte do Ocidente. Nesse sentido, as iniciativas apresentadas acabam se limitando apenas a elementos de apoio às operações do Exército e da Força Aérea. Porém, vale ressaltar que tal movimentação pode ser importante para chamar a atenção dos aliados da Ucrânia na ajuda pela reconstrução de suas forças navais.

Diante do ocorrido, ainda que não represente um movimento maior de reconstrução formal, conclui-se que há uma importância simbólica no comissionamento do *Bucha* e na criação de uma força de fuzileiros navais independente. Permanece fundamental que a Ucrânia busque, nos seus aliados mais importantes, meios efetivos para desafiar o controle da Rússia sobre o Mar Negro e, talvez, para reconstrução de sua própria capacidade. Sem uma consolidada força naval, Kiev terá dificuldades de negar aos russos o uso do mar e de desenvolver ações ofensivas sobre territórios já ocupados.



Mudanças na lei de recrutamento militar da China

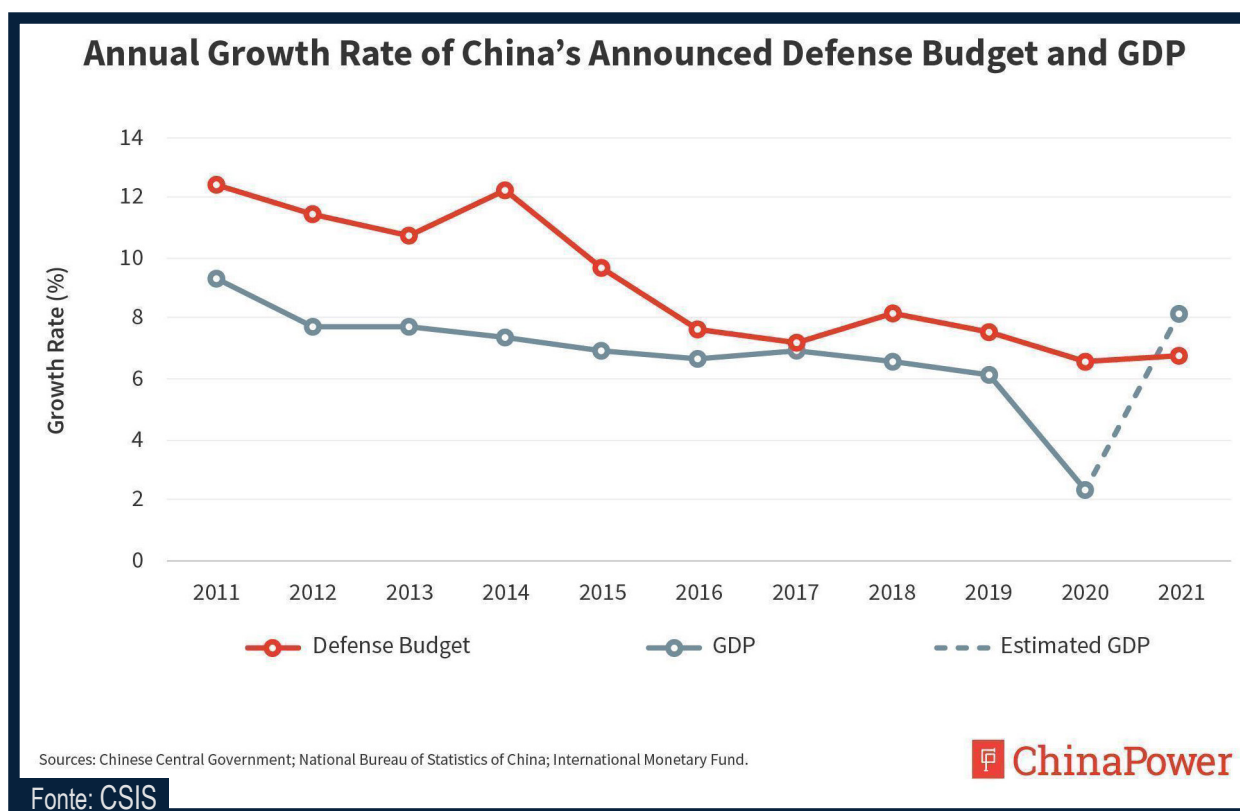
Renan Guimarães Canellas de Oliveira

Nos últimos anos, a China foi um dos países que mais investiu no setor militar, atrás apenas dos Estados Unidos (EUA). Pequim também tem trabalhado para melhorar sua capacidade de defesa cibernética e seu programa espacial. No início de maio deste ano, o governo anunciou uma revisão das leis de recrutamento militar. Assim, cabe questionar o que essas atualizações e o intenso investimento em tecnologia militar significam para a China.

De acordo com a nova lei, os cidadãos chineses serão obrigados a se alistar nas Forças Armadas a partir dos 18 anos, mas as autoridades têm a opção de adiar o serviço militar de indivíduos que desejam continuar seus estudos ou trabalhar. É desejável, para aqueles que almejam a servir no Exército de Libertação Popular, uma formação mais abrangente e habilidades específicas para atuar em operações cibernéticas e espaciais. A lei estabelece que aqueles que trabalham nessas áreas devem ser recrutados prioritariamente, sendo um indicativo de que Pequim tem se preocupado fortemente com as questões cibernéticas. Nesse contexto, os EUA já caracterizam a China como uma ameaça prolífica e eficaz de ciber-espionagem, uma vez que possui substanciais capacidades de ataque desse tipo e representa uma crescente ameaça de influência.

A revisão da lei ocorre em um momento em que as tensões no Estreito de Taiwan têm aumentado: exercícios militares na região vêm acontecendo com mais frequência, bem como a pressão diplomática sobre países que mantêm relações com Taipei. No entanto, Pequim ainda prefere solucionar questões por meios pacíficos e está ciente de que um conflito militar poderia afetar a estabilidade regional. Além disso, o país tem outras prioridades de segurança nacional, como a modernização de suas Forças Armadas, a defesa de suas fronteiras terrestres e marítimas e a garantia da segurança energética e de recursos. A revisão da lei de recrutamento pode ser entendida como parte desse esforço mais amplo de fortalecimento da capacidade de defesa da China, e não como um sinal de uma iminente invasão a Taiwan.

Desse modo, é possível dizer que as atualizações nas leis de recrutamento militar e o intenso investimento em tecnologia da China refletem a crescente importância do setor militar para o país. É importante observar que, embora Pequim esteja expandindo sua capacidade militar, isso não significa necessariamente uma postura agressiva, mas um esforço para garantir a segurança do país em um contexto geopolítico cada vez mais complexo.



Soberania Nacional: o Japão na geoeconomia dos cabos submarinos

Thomas Dias Placido

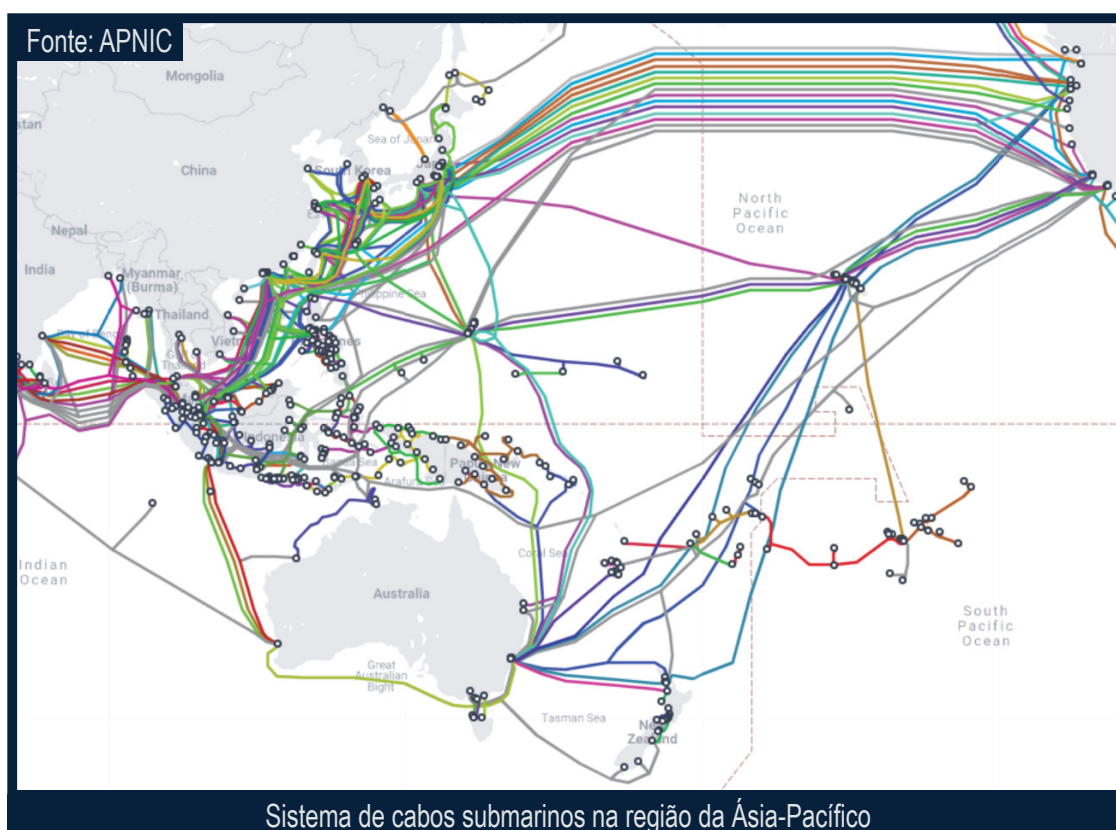
O pioneirismo japonês na promoção de infraestrutura de tecnologia em informação e comunicação tornou o país um dos principais operadores de cabos submarinos na região do Indo-Pacífico. Segundo a *TeleGeography*, no início de 2023 havia mais de 550 cabos submarinos ativos e planejados por todo o globo, onde cerca de US\$ 10 trilhões circulam em transações financeiras diariamente. Dada a importância de manter e proteger as linhas de comunicação submarinas, uma vez que a Segurança Nacional também significa a proteção desses cabos, o presente artigo busca explorar a atuação japonesa na área frente aos desafios geopolíticos relacionados à infraestrutura.

O Japão desempenha um papel importante como um centro de dados na região do Leste Asiático. Cerca de 60% dos sistemas internacionais de cabos submarinos localizam-se no Japão, em Cingapura e em Hong Kong; estes últimos estão inseridos nos investimentos submarinos japoneses através da iniciativa Indo-Pacífico Livre e Aberto (FOIP, em inglês). Sabe-se que a competição entre a China e as potências ocidentais apresenta barreiras para o desenvolvimento da tecnologia, principalmente no Mar do Sul da China (MSC). Na região, o projeto *Southeast Asia-Japan 2* (SJC2), que conectará Cingapura, Hong Kong, Japão e Taiwan, atrasou em mais de um ano por deliberações da China, que reivindica o MSC. No último ano, o Ministério de Assuntos Internos e Comunicações

do Japão adicionou ao orçamento suplementar do Ano Fiscal de 2022 um custo de pesquisa para apoiar empresas nacionais do segmento, incluindo as líderes multinacionais *Fujitsu*, *Nippon Telegraph & Telephone* (NTT) e *NEC Corporation*.

Após a reunião paralela de membros do Quad durante a Cúpula do G7 em Hiroshima, em maio deste ano ([Boletim 183](#)), os líderes enfatizaram a importância dos cabos submarinos através do *Quad Partnership for Cable Connectivity and Resilience*, que reforçou o papel da *Trilateral Partnership for Infrastructure Investment in the Indo-Pacific*, assinada em 2020 por Tóquio, Camberra e Washington. A interligação dessas estratégias vem alinhada com uma maior orquestração entre a Força de Autodefesa Marítima (JMSDF, na sigla em inglês) e a Guarda Costeira Japonesa ([Boletim 182](#)), que poderão operar conjuntamente utilizando a embarcação lançacabos da JMSDF, *JS Muroto*. Destaca-se que a propriedade desse ativo marítimo reforça a capacidade nipônica de instalação de cabos, reparos e segurança em seu entorno estratégico, reduzindo os gastos com fretamento.

Portanto, a concentração de cabos submarinos no Japão ressalta tanto sua liderança tecnológica quanto os desafios geopolíticos associados, principalmente diante de tensões com a China, de modo a exigir estratégias de segurança pragmáticas para garantir a infraestrutura crítica.



Conflitos étnicos na Índia pressionam por separatismo

Rebeca Leite

Em maio de 2023, a Índia se tornou o país mais populoso do mundo, com 1,428 bilhão de habitantes, concretizando as projeções da Organização das Nações Unidas desde a década de 1970. Diante dessa robustez demográfica, existem na Índia pelo menos 600 grupos étnicos oficialmente reconhecidos. Sua história milenar a coloca entre as civilizações mais antigas do mundo, porém tantas culturas enraizadas e o longo período de colonização acabam trazendo algumas questões para o presente.

Recentemente, a violência tomou conta do estado de Manipur, no nordeste indiano, que possui uma população de três milhões de habitantes, substancial diversidade étnica e que há décadas enfrenta problemas com insurgências e rivalidades tribais. O último episódio, iniciado em 03 de maio de 2023, decorre de um “*status* especial” conferido à comunidade Meitei, um grupo étnico majoritariamente hindu, o qual representa aproximadamente 65% da população do estado. Por meio desta cota, a comunidade Meitei amplia seus benefícios e direitos em termos de empregos públicos, educação e saúde. Os demais grupos do estado, em sua maioria cristãos, consideram a medida injusta em detrimento de suas oportunidades.

Desde então, confrontos, saques e incêndios têm sido recorrentes em Manipur, com mais de 70 mortes e fuga de mais de 30.000 pessoas para estados vizinhos. Além das questões de incompatibilidade cultural e religiosa, também estão no centro da disputa a divisão de terras e os recursos naturais ali presentes. No início de junho, casas, igrejas e lojas foram incendiadas, mantendo vivas as chamas deste conflito, o que prejudica a segurança nacional da Índia. O episódio reforçou o sentimento separatista, uma vez que os povos que não pertencem ao grupo Meitei desconfiam dos próximos passos do governo em relação ao seu bem-estar e condições de trabalho.

Em última instância, o conflito em Manipur revela não só disputas territoriais e sociais, mas uma busca por identidade nacional em um país com inúmeras faces. Ainda que as forças militares tentem suprimir as iniciativas separatistas, a recorrência destes confrontos enfraquece o discurso de unidade nacional. Desde a ascensão do Estado-nação, a integridade territorial e a coesão nacional são as principais premissas para o fortalecimento do Estado em busca de poder e, nesse sentido, a Índia enfrenta hoje ameaças de fragmentação territorial que prejudicam suas ambições em termos de proeminência política a nível internacional.



A crise no Paquistão: agitação política, desafios econômicos e as forças armadas

Gabriela Santos

Desde a prisão do ex-Primeiro-Ministro (PM) paquistanês Imran Khan, em frente ao Supremo Tribunal de Islamabad sob acusações de corrupção em maio deste ano, o Paquistão vem se aprofundando em um processo de deterioração política, econômica e institucional. O crescimento econômico estagnado, o desemprego maciço e a eclosão de protestos em diversas partes do país têm preocupado o governo da coalizão nos últimos meses, mas esses eventos trazem consigo uma série de lições – principalmente sobre os rumos da tradição político-militar paquistanesa.

A crise do Paquistão é um problema perene. A democracia do país tem sido, ao longo da história, caracterizada por um detalhe crítico: nenhum ex-Primeiro-Ministro civil chegou a um mandato completo de cinco anos: alguns foram indiciados ou presos após deixarem o cargo; outros foram destituídos por golpes militares, renúncias forçadas e assassinatos. Tais eventos, no entanto, podem ser avaliados como resultados diretos de um forte *establishment* militar.

Desde a independência do Paquistão, em 1947, as Forças Armadas interferem diretamente no ambiente político do país, seja na forma de regimes militares – três, ao total –, ou na construção e influência de governos supostamente democráticos, conforme visto nos últimos anos. Como exemplo, o próprio Imran Khan chegou ao

poder em 2018 com o apoio das instituições militares e foi destituído do cargo após perder tal aprovação, dando início ao confronto entre os militares, junto ao atual governo e ao partido político de Khan.

Nesse sentido, o evento de sua prisão foi seguido, para a surpresa das Forças Armadas do país, por protestos contra diversas instalações e personalidades militares. A contínua intromissão política e os esforços empreendidos pelo governo de coalizão para retardar novas eleições, bem como a grande parcela orçamentária nacional destinada às instituições militares – mesmo diante de uma grave crise econômica –, trouxeram forte animosidade pública para o *establishment* nos últimos tempos.

Observa-se, portanto, que a crise multifacetada que afeta o país é manifestação de um conturbado sistema político ditado por um poder militar que vem sendo, no decorrer dos últimos anos, cada vez mais alvo de insatisfação por parte da população. A maneira como as instituições das Forças Armadas paquistanesas irão se portar nos próximos meses, em especial diante das eleições propostas para o fim do ano, é de extrema importância para a estabilização do sistema político do país. Cabe lembrar que o Paquistão é um dos únicos nove países no mundo que possuem armamento nuclear, e instabilidades dessa magnitude em um país com tal capacidade, sempre elevam as preocupações.



DOI 10.21544/2446-7014.n184.p16.

- ▶ [6 Swing States Will Decide the Future of Geopolitics](#)
FOREIGN POLICY, Cliff Kupchan
- ▶ [China's Middle Eastern Moment](#)
CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER, Michael Young
- ▶ [AUKUS subs drifting toward a sea of controversy](#)
ASIA TIMES, Donald R. Rothwell
- ▶ [An Unwinnable War: Washington Needs an Endgame in Ukraine](#)
FOREIGN AFFAIRS, Samuel Charap
- ▶ [The Cybersecurity Implications of IMO 2023](#)
THE MARITIME EXECUTIVE, Geoffrey Davis

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Eduarda Parracho e Taynah Pires

JUNHO

Principais eventos de 14 a 28 de Junho

12-23



ALEMANHA
EXERCÍCIO MILITAR AIR
DEFENDER 23

16-30



SÉRVIA
EXERCÍCIO MILITAR
PLATINUM WOLF

20-22



BÉLGICA
EUROPEAN SUSTAINABLE
ENERGY WEEK 2023

20-23



QUÊNIA
AFRICA ENERGY FORUM

22-23



FRANÇA
CÚPULA PARA NOVO PACTO
FINANCEIRO GLOBAL

24



SERRA LEOA
ELEIÇÕES GERAIS

25



GUATEMALA
ELEIÇÕES GERAIS

27-29



CHINA
REUNIÃO DO FÓRUM
ECONÔMICO MUNDIAL
SOBRE ECONOMIA GLOBAL

- **Cúpula de Líderes Sul-Americanos: Brasil líder regional?**
BRASIL. [Consenso de Brasília](#). Ministério das Relações Exteriores, 30 mai. 2023. Acesso em: 04 jun. 2023.
BRIDI, Carla. [South America's presidents gather in Brazil for the first regional summit in 9 years](#). Associated Press, 29 mai. 2023. Acesso em: 04 jun. 2023.
- **O fim do Title 42 e o início da velha política migratória na América Central**
[The end of title 42 will not end crisis for migrants](#). Médecins sans Frontières, 12 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
[Mexico to discuss migration, Central America investment with U.S. homeland security advisor](#). Reuters, 30 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
- **A Aliança do Pacífico e os entraves à integração regional**
CAMHAJI, Elías; GÓMEZ VEGA, Renzo. [El conflicto diplomático entre México y Perú se enciende por la disputa de la presidencia de la Alianza del Pacífico](#). El País, 17 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
[Crisis de Alianza del Pacífico debe resolverse mediante diplomacia, sostiene excanciller peruano](#). América Economía, 01 jun. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
- **Nova refinaria na Nigéria potencializa independência energética e conflitos internos**
[Dangote launches \\$20bn oil refinery in Nigeria](#). The Independent, 28 mai. 2023. Acesso em: 01 jun. 2023.
LEHANE, Bill; KASSAI, Lucia. [Nigeria's Mega-Refinery Opens to Skepticism Seven Years Late](#). Bloomberg, 22 mai. 2023. Acesso em: 22 mai. 2023.
- **Força Tarefa 59 realiza exercício no Golfo de Aqaba**
COOPER, Brad; SINGER, Peter. [Tests in Fifth Fleet a Bridge to Future](#). U.S. Naval Institute, jun. 2022. Acesso em: 10 jun. 2023.
[U.S., Israel Complete Unmanned Naval Exercise in Gulf of Aqaba](#). CENTCOM USA, 11 mai. 2023. Acesso em: 10 jun. 2023.
- **Mudanças na geopolítica do Oriente Médio: a volta da Síria como player regional**
DAOUD, David. [The Arab League thinks readmitting Syria will push out Iran. They're wrong](#). Atlantic Council, 16 mai. 2023. Acesso em: 05 jun. 2023.
ROBINSON, Kali. [Syria Is Normalizing Relations With Arab Countries. Who Will Benefit?](#) Council of Foreign Relations, 11 mai. 2023. Acesso em 05 jun. 2023.
- **Relações bilaterais Irã-Cazaquistão: para além do Mar Cáspio**
[Iran's monthly non-oil export to Kazakhstan rises 67%](#). Tehran Times, 30 mai. 2023. Acesso em: 03 jun. 2023.
SATUBALDINA, Assel. [Kazakh Prime Minister's Visit to Iran Results in Commitment to Boost Trade to \\$3 Billion](#). The Astana Times, 28 abr. 2023. Acesso em: 03. jun. 2023.
- **A “reconstrução” da Marinha ucraniana**
OZBERK, Tayfun. [Ukraine Commissions Gyurza-M-Class Gunboat 'Bucha'](#). Naval News, 31 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
[Marine Corps to be created in the Ukrainian Armed Forces](#). Militarnyi, 23 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
- **Mudanças na lei de recrutamento militar da China**
DAVIDSON, Helen. [China revises military conscription laws in space warfare push](#). The Guardian, 02 mai. 2023. Acesso em: 03 mai. 2023.
TAJIMA, Yukio. [China revises conscription law, eyeing Taiwan conflict](#). Nikkei Asia, 01 mai. 2023. Acesso em: 05 mai. 2023.
- **Soberania nacional: o Japão na geoeconomia dos cabos submarinos**
GEOFFREY, Gresh F.; NAKAMURA, Hotaka. [Japan: New Lord of the Sub-sea?](#) The Diplomat, 18 mai. 2023. Acesso em: 10 jun. 2023.
GLOSSERMAN, Brad. [Kishida's push to protect vital undersea cables](#). The Japan Times, 30 mai. 2023. Acesso em: 10 jun. 2023.
- **Conflitos étnicos na Índia pressionam por separatismo**
DHILLON, Amrit. ['Separation is the only answer': Manipur violence fuels calls for separate state in India](#). The Guardian, 16 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
MOGUL, Rhea. [Why has a state in India's northeast exploded in ethnic unrest?](#) CNN News, 09 mai. 2023. Acesso em: 07 jun. 2023.
- **A crise no Paquistão: agitação política, desafios econômicos e as forças armadas**
[Pakistan's Imran Khan takes on powerful military establishment](#). Nikkei Asia, 06 jun. 2023. Acesso em: 09 jun. 2023.
WARALCH, Omar. [It's Time for the Generals to Let Go in Pakistan](#). Foreign Policy, 18 mai. 2023. Acesso em: 09 jun. 2023.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan Asks for Postponement of US-Hosted Talks with Armenia](#). **VOA News**, 08 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- BURKINA FASO - Conflitos internos: [Déplacés au Burkina Faso: «La situation s’est beaucoup dégradée, ça ne va pas»](#). **RFI**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- HAITI - Conflitos internos: [Violência de gangues no Haiti obriga 165 mil pessoas a fugirem de suas casas](#). **ONU News**, 09 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- IÊMEN - Conflitos internos: [Houthis accuse Saudi Arabia of 'dumping toxic waste' in Yemeni waters](#). **The New Arab**, 11 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [UN mission urges restraint amid Lebanon-Israel border tensions](#). **Xinhua**, 10 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MALI - Conflitos internos: [Malian soldiers cast ballots during early voting ahead constitution referendum](#). **AfricaNews**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023
- MIANMAR - Conflitos internos: [Myanmar Junta Scaling Up Air War on Resistance](#). **VOA News**, 11 jun. 2023. Acesso em: 11 jun. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine counter-offensive: Kyiv says it has liberated villages in Donetsk region](#). **BBC News**, 11 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- SÍRIA - Crise regional: [Reports say Turkish shelling in north Syria kills a Russian soldier, wounds others](#). **ABC News**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [UN, AU condemn hotel attack in Somalia](#). **Xinhua**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- SUDÃO - Conflito interno: [Violence immediately returns to Sudan after one day of ceasefire](#). **Atalayar**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Global nuclear weapons stockpile growing as Russia moves missiles to Belarus](#). **Euronews**, 12 jun. 2023. Acesso: 12 jun. 2023.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [A Surge in Crime and Violence Has Ecuador Reeling](#). **World Politics Review**, 09 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- ETIÓPIA - Crises internas: [Ethiopian army refutes involvement in “country-wide diversion” of food aid, warns against defamatory reports](#). **Addis Standard**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.
- PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [Pakistan’s army says shootout near Afghan border kills 3 soldiers, 3 militants](#). **Arab News**, 11 jun. 2023. Acesso em: 11 jun. 2023.

• PERU - Crise sociopolítica: [Constantes crisis políticas en Perú acaban con un milagro económico latinoamericano](#). **Bloomberg Línea**, 08 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [More than 40 killed in IDP camp attack in DR Congo's Ituri](#). **Al Jazeera**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Tapón de Darién: la migración irregular ha costado al país unos \\$65 millones en cuatro años](#). **La Prensa Panamá**, 10 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Venezolanos enfrentan nueva crisis ante escasez de combustible](#). **VOA News**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• AFGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Taliban slams UN report calling Afghan government 'exclusionary'](#). **Al Jazeera**, 11 jun. 2023. Acesso em: 11 jun. 2023.

• COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica: [Petro sella un cese al fuego de seis meses con la guerrilla del ELN](#). **El País**, 09 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• COREIA DO NORTE - Crise regional: [Japan extends order to destroy North Korea rocket or debris](#). **The Japan Times**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [What impacts will Bukele's administrative-political reforms have in El Salvador?](#). **BN Americas**, 09 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• ÍNDIA - Instabilidade social: [Internet ban extended for 5 more days in India's Manipur](#). **Xinhua**, 11 jun. 2023. Acesso em: 11 jun. 2023.

• IRÃ - Crise estrutural e regional: [Iran confirms holding indirect talks with U.S. in Oman](#). **Axios**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• ISRAEL - Crise regional: [Israeli Government Advances Bill Criminalizing Incitement Against the Haredi Community](#). **Haaretz**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [UN seeks agreement on Libya vote sticking points](#). **Arab News**, 08 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [ASEAN to hold first joint military exercise in the South China Sea](#). **CNN**, 08 jun. 2023. Acesso em: 11 jun. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [ACNUR aponta para mais de um milhão de deslocados em Moçambique, a maior parte por causa de Cabo Delgado](#). **Observador**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• NIGÉRIA - Crises internas: [Oil Theft: NSCDC reads Riot Act to Niger Delta commandants](#). **The Guardian Nigeria**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade social: [Impact of Sudan crisis in the Central African Republic \(Flash Update 9 Jun 2023\)](#). **Relief Web**, 12 jun. 2023. Acesso em: 12 jun. 2023.

• TAIWAN - Tensões China-EUA: [China can't prevent Taiwan Strait transits: U.S. lawmaker](#). **Nikkei Asia**, 11 jun. 2023. Acesso em: 11 jun. 2023.